

**territórios do sagrado e do bem viver:
saberes kanamari, ancestralidade e resistência indígena**

**territories of the sacred and of buen vivir:
kanamari knowledge, ancestry, and indigenous resistance**

Inory Kanamari

Advogada, palestrante, ativista e escritora do povo Kanamari
Instituto Cartografando Saberes
Manaus, AM

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2455-7686>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20182820>

Resumo: O conjunto de textos reúne reflexões e narrativas a partir da experiência e da cosmovisão do povo *Kanamari*, articulando identidade indígena, saberes ancestrais, espiritualidade, arte e resistência frente às múltiplas formas de colonialidade ainda vigentes. A trajetória do artista indígena *Jaime Riveros* é apresentada como símbolo da luta contra o racismo estrutural e a marginalização nos circuitos culturais, evidenciando como a arte se constitui como ferramenta de afirmação identitária e denúncia das exclusões impostas aos povos originários. Os textos abordam, ainda, o uso sagrado do *Ramih* (*ayahuasca*) e de outros remédios ancestrais, como o *kambô*, denunciando sua apropriação, banalização e uso indiscriminado fora dos territórios e rituais tradicionais. A partir da perspectiva *Kanamari*, esses saberes não são compreendidos como substâncias, mas como práticas espirituais profundamente vinculadas ao território, à ancestralidade e à ética do cuidado coletivo, conduzidas exclusivamente pelos *Marinawas*, guardiões do conhecimento. Ao problematizar a transformação do sagrado em mercadoria e entretenimento, o texto afirma o Bem Viver como princípio ético-político fundamentado na interdependência entre humanos, natureza e mundo espiritual. Nesse sentido, os territórios indígenas emergem como espaços vivos de conhecimento, onde a proteção da cultura, da espiritualidade e da biodiversidade constitui uma mesma luta. O conjunto propõe, assim, uma crítica contundente às formas de violação cultural e epistemológica, reafirmando o direito dos povos indígenas de existir, narrar e proteger seus próprios mundos.

Palavras-chave: (1) Bem viver; (2) Cosmologia indígena; (3) Saberes ancestrais; (4) Povo Kanamari; (5) Resistência indígena.

Abstract: This set of texts brings together reflections and narratives grounded in the experiences and worldview of the *Kanamari* people, articulating Indigenous identity, ancestral knowledge, spirituality, art, and resistance in the face of the multiple forms of coloniality that remain in force. The trajectory of the Indigenous artist *Jaime Riveros* is presented as a symbol of the struggle against structural racism and

marginalization within cultural circuits, demonstrating how art functions as a tool for identity affirmation and for denouncing the exclusions imposed on Indigenous peoples. The texts also address the sacred use of *Ramih* (*ayahuasca*) and other ancestral medicines, such as *kambô*, denouncing their appropriation, trivialization, and indiscriminate use outside traditional territories and ritual contexts. From the *Kanamari* perspective, these forms of knowledge are not understood as substances, but as spiritual practices deeply connected to territory, ancestry, and an ethic of collective care, conducted exclusively by the *Marinawas*, the guardians of this knowledge. By problematizing the transformation of the sacred into a commodity and entertainment, the text affirms *Buen Vivir* as an ethical-political principle grounded in the interdependence between humans, nature, and the spiritual world. In this sense, Indigenous territories emerge as living spaces of knowledge, where the protection of culture, spirituality, and biodiversity constitutes a single, inseparable struggle. The set of texts thus offers a powerful critique of cultural and epistemological violations, reaffirming the right of Indigenous peoples to exist, to narrate, and to protect their own worlds.

Keywords: (1) Buen vivir; (2) Indigenous cosmology; (3) Ancestral knowledge; (4) Kanamari people; (5) Indigenous resistance.

Introdução

Ka tücüna naina!

(Olá, leitor(a) - Idioma *Kanamari*)

O conjunto de textos aqui reunido propõe uma escuta atenta e situada das narrativas, experiências e cosmologias do povo *Kanamari*, afirmando os territórios indígenas como espaços vivos de produção de conhecimento, espiritualidade e resistência. Em diálogo com a perspectiva do Bem Viver, os textos tensionam os limites dos modelos hegemônicos de desenvolvimento, cultura e saber, evidenciando a persistência de práticas coloniais que atravessam tanto as políticas públicas quanto os circuitos artísticos, acadêmicos e espirituais contemporâneos.

A trajetória do artista indígena *Jaime Riveros* ocupa lugar especial nesse conjunto, não apenas como expressão estética, mas como gesto político e existencial de afirmação identitária frente ao racismo estrutural e à invisibilização histórica dos povos originários. A arte emerge, assim, como linguagem de memória, denúncia e reexistência, capaz de traduzir experiências que escapam às categorias ocidentais convencionais.

Os textos abordam igualmente os saberes associados ao uso sagrado do *Ramih* (*ayahuasca*) e de outros remédios ancestrais, como o *kambô*, problematizando sua apropriação e mercantilização fora dos territórios e dos rituais tradicionais. A partir da cosmologia *Kanamari*, esses conhecimentos são apresentados como práticas espirituais indissociáveis do território, da ancestralidade e de uma ética do cuidado coletivo, conduzidas pelos *Marinawas*, guardiões do saber.

Ao articular arte, espiritualidade e território, o conjunto reafirma o Bem Viver como horizonte ético-político e convoca à defesa da vida em sua integralidade, reconhecendo o direito dos povos indígenas de narrar, proteger e sustentar seus próprios mundos.

A destruição dos territórios sagrados: o fim do equilíbrio do mundo e o destino da humanidade

Desde o princípio de nossa existência, nossos antepassados nos alertaram sobre o mundo que habitamos, um mundo onde as pessoas vivem, mas já não existem de verdade. Um mundo em que perderam suas essências e, com isso, adoeceram espiritualmente. A *Wã* (avó), que detém a sabedoria ancestral, nos ensina que o espírito também adocece, e essa doença espiritual ocorre quando nos desconectamos de nossa essência mais profunda. Nós, povos originários, sabemos que somos uma parte inseparável da natureza, e que a terra, as águas, os ventos e os

animais, todos são elementos sagrados, que choram e sofrem junto conosco.

O verdadeiro conhecimento que nos guia é aquele que nos conecta à energia universal que nos envolve, à nossa própria energia vital. Somos ensinados desde cedo que a cura e a defesa do nosso povo, da nossa terra e do nosso espírito estão nas mãos que tocam a medicina, que tocam a natureza e, se necessário, que defendem nossos territórios sagrados com força. Somos os Kanamari, conhecidos também como o povo da magia, e carregamos em nossos corações e em nossas almas saberes que são mais profundos do que qualquer explicação científica pode alcançar. Nossos pajés e *marinawas* nascem com o dom de serem curadores de nosso povo, e suas defumações de folhas secas e rituais de limpeza mantêm nossa ligação com o espiritual viva e forte.

Nossa conexão com os espíritos da floresta é constante e profunda. Dentro da vastidão da floresta, onde o encantado e o real se entrelaçam, estamos cercados por vidas e por energias invisíveis, mas palpáveis. Nossos clãs, representados pelos animais, são mais do que símbolos; são reflexos de nossa alma. *Tamakori*, nosso Deus ancestral, nos guia com sua presença sutil e poderosa. Muitas vezes, ele se revela a nós através dos ventos que tocam as folhas das árvores, um sussurro que nos orienta em momentos de incerteza. E é aqui, dentro dos nossos territórios, que encontramos o equilíbrio, onde nossa essência se mantém intacta e nossa relação com o sagrado é reafirmada a cada passo.

A espiritualidade se manifesta a todo momento nos sons da floresta. O grito das crianças brincando, a conversa tranquila das *Nyama* (mãe) e dos *Pamã* (pai), os papagaios, araras e macacos que cantam, gritam e interagem conosco, tudo isso é parte de nossa comunhão com o mundo natural. A água sagrada do nosso território não limpa apenas o corpo, mas também o espírito. Nos banhos e rituais, renovamos nossas forças, curamos nossas almas e mantemos viva a energia ancestral que nos fortalece.

Porém, essa conexão sagrada que preservamos e que nos mantém vivos está sendo destruída. Os invasores, que buscam explorar nossas terras e destruir os nossos territórios sagrados, não apenas nos atacam fisicamente, mas também matam o que somos. O ataque aos nossos territórios é um ataque à própria essência do planeta. Cada árvore derrubada, cada rio poluído, cada pedaço da floresta invadido é uma ferida no corpo da Terra, uma agressão à sua alma. E com isso, o futuro do planeta está em risco. A destruição de nossos territórios sagrados não é apenas uma violação dos nossos direitos, mas um ataque à harmonia e ao equilíbrio de toda a vida no planeta.

Se os territórios indígenas são apagados, se a sabedoria ancestral que guardamos e passamos de geração em geração for

destruída, o que restará para o futuro da humanidade? O planeta, que já sofre com os danos causados pelo desrespeito ao meio ambiente, encontrará um caminho ainda mais árduo, sem a presença dos povos que sempre viveram em harmonia com a natureza. A preservação dos nossos territórios é, portanto, a preservação da vida no planeta. Sem eles, não há futuro para ninguém.

Por isso, nossa luta é sagrada e urgente. A defesa de nossas terras é a defesa da vida, da espiritualidade e da essência do próprio planeta. Estamos aqui para proteger o que é mais valioso não apenas para nós, mas para todas as formas de vida que habitam a Terra. Quando defendemos nossos territórios, estamos salvando o futuro de todos, porque a nossa conexão com a natureza é o que mantém o equilíbrio de toda a existência. A preservação dos nossos territórios é, em última instância, a preservação do espírito da Terra. E essa luta é a nossa missão, a missão de todo o povo que acredita na magia da vida e no poder sagrado da Terra. Se você é a favor do cuidado com o planeta e respeito a todo e qualquer espécie.

A resistência dos Kanamaris: um grito por reconhecimento e justiça

Ao longo da história, os povos originários foram sistematicamente invisibilizados e silenciados, vivendo às margens de uma sociedade que se apresenta como inclusiva, mas que, na verdade, é hipócrita e cruel. Continuamos a enfrentar ataques constantes e lutamos diariamente pela nossa existência, mesmo sem receber o respeito que nos é devido.

Ao contrário do que se pensa, identificar-se como indígena no Brasil é, sem dúvida, um ato de coragem. Isso não deve ser visto como um privilégio; na realidade, muitas portas se fecham para nós. O estigma que nos acompanha há séculos nos forçou a ocultar nossa identidade, como se ser indígena fosse uma ofensa.

É lamentável que, mesmo estando presentes nesta terra antes da chegada de colonizadores como portugueses, holandeses e franceses, muitos brasileiros ainda têm um conhecimento limitado sobre nós. Somos frequentemente tratados como estrangeiros em nosso próprio país e rotulados de "índios", um termo inadequado, sendo o correto "indígena". A jornada em busca de respeito e reparação é longa, e é por isso que hoje decido compartilhar um pouco sobre a vida e a história do meu povo kanamari.

Meu povo kanamari vive nas aldeias da Calha do Rio Juruá, perto dos municípios de Itamarati, Eirunepé e Carauari, além das comunidades do Rio Javari e da cidade de Atalaia do Norte. Nós, Kanamaris — também conhecidos como Tücüna, que significa "gente" — nos orgulhamos de nossa língua materna e de nossa cultura ancestral.

No entanto, somos marcados pela dor de uma história de perseguições e opressões.

Desde a chegada dos colonizadores, ouvimos relatos horríveis sobre crimes e violências contra nosso povo. Apesar da bravura que nos permitiu resistir aos ataques, muitos de nossos clãs desapareceram, vítimas de guerras, doenças como malária e diarreia, e do incompreensível abismo linguístico que nos separava de outros povos. Essa história de sofrimento ainda não está no passado; continuamos a enfrentar um desaparecimento forçado de nossa cultura, de nossos parentes, de nossa própria identidade.

Minha luta é um grito de socorro contra a omissão do Estado diante das violências que sofremos diariamente. E assim, lembrando memórias dolorosas e ao mesmo tempo inspirada por uma das belas canções da cantora NegraLi, escrevi o poema "Grito Kanamari", publicado em 2023 no livro *Delineando o Direito: A Visão Jurídica Sob o Olhar das Mulheres*, organizado pela Desembargadora Kátia Junqueira. O poema também foi publicado em *sites* como: línguas minorizadas e em breve também será publicado na *Revista Lúvo*. Nesse poema, busco expressar a dor e a resistência do meu povo, que segue enfrentando preconceitos diariamente. Se fôssemos reconhecidos por nossos verdadeiros nomes, talvez a opressão não fosse tão pesada.

É angustiante perceber que, apesar de nossas lutas, nossa cultura e identidade estão constantemente ameaçadas. Se as pessoas nos vissem como humanos antes de enxergarem nossos traços indígenas, talvez não tivéssemos que lutar tanto pelo direito de existir. Essa luta é um grito contra a invisibilidade e o silenciamento que nos cercam.

A violência contra nós, que começou com a colonização, ainda persiste. As mulheres Kanamaris, clamando por proteção, muitas vezes são deixadas sozinhas em sua dor. Nossas crianças, que foram raptadas, e nossas ancestrais, que sofreram, merecem ser lembradas e respeitadas. Elas, como minha avó, que não viu seu filho crescer e enfrentou violências inimagináveis, se tornaram exemplos de força e resistência. Minha avó, cujo nome também é Inory, sobreviveu a tudo isso e se recusou a deixar nossa língua e cultura serem esquecidas.

Ela me ensinou desde cedo que não somos o problema da sociedade, e que eles precisam respeitar quem somos. Hoje, continuo essa luta, buscando reconhecimento e justiça, carregando a memória de todas as mulheres indígenas que vieram antes de mim. Nos próximos parágrafos, você irá conhecer a verdadeira história do meu povo Kanamari através do poema "Grito Kanamari". Este poema foi criado para fazer ecoar as vozes das mulheres Kanamaris e garantir que a sociedade nunca esqueça das barbaridades enfrentadas pelos povos indígenas. Aqui, suas narrativas e lutas serão reveladas de forma a honrar nossas memória e resistência.

**Dia dos povos indígenas:
a luta dos Warao por sobrevivência e reconhecimento**

No dia em que comemoramos, escrevo com o coração cheio de emoções e lembranças, refletindo sobre o legado e a resistência de um povo que, para mim, representa muito mais do que uma história de luta: os Warao, um patrimônio vivo da humanidade. Tive o privilégio de acompanhar de perto a trajetória desse povo indígena, que, assim como tantos outros, atravessa fronteiras em busca de dignidade e sobrevivência. Nos anos de 2019 e 2021, atuei em organizações humanitárias que prestavam apoio aos refugiados venezuelanos, e foi nesse contexto que conheci os Warao. Desde aquele momento, uma conexão profunda e transformadora se formou entre nós.

Os Warao são um povo único, com uma língua, cultura e história que me encantaram profundamente. Suas tradições, suas lutas, seus saberes, e sua resiliência ecoam, para mim, como um canto ancestral que reverbera até os dias de hoje. Fui tocada por cada artesanato que produziam, por cada história contada nas rodas de conversa, por sua resistência que me lembra a minha própria experiência como indígena brasileira, muitas vezes considerada estrangeira em minha própria terra. Eu me vi nos Warao, e a dor de sua migração se tornou, de certa forma, a minha dor também.

A crise humanitária que assolou a Venezuela forçou os Warao a abandonar suas terras no delta do rio Orinoco, um lugar imerso em cultura e natureza, para buscar refúgio no Brasil. A migração de um povo indígena é sempre uma jornada de perdas e adaptações, e com os Warao não foi diferente. Eles vieram para o Brasil em busca de uma vida mais digna, mas se depararam com um novo ciclo de desafios: a falta de recursos, o preconceito, e, principalmente, a xenofobia que os isolava ainda mais.

Chegaram a Roraima e encontraram as portas fechadas, sem apoio adequado, sem acolhimento que respeitasse sua cultura. O Brasil, que se vangloria de ser uma terra multicultural, não tem reconhecido o valor dos Warao, nem sua contribuição única à diversidade humana. Os Warao são mais do que migrantes; são um povo com um legado riquíssimo, que precisa ser preservado e valorizado. Suas canoas, seus saberes ancestrais, suas pinturas e seus rituais fazem parte da humanidade como um todo, e não podem ser tratados como um simples "problema de refugiados".

A história dos Warao não é apenas uma história de sofrimento, mas também de resistência. Eles chegaram ao Brasil não apenas para fugir da fome e da violência, mas para continuar sua luta pela sobrevivência como um povo indígena, com suas tradições e identidade intactas. E é justamente essa identidade, essa riqueza cultural, que

precisa ser protegida, reconhecida e celebrada. A experiência de ser *Warao* não é uma tragédia; é uma celebração da resistência indígena diante das adversidades.

O que os *Warao* exigem não é apenas assistência humanitária; eles exigem o respeito à sua cultura e aos seus direitos, como qualquer povo indígena do mundo. E é aqui que a questão se torna mais urgente: como o Brasil, está lidando com povos indígenas estrangeiros, como os *Warao*? A falta de uma política pública eficaz, que leve em consideração as especificidades culturais e históricas desse povo, é alarmante.

A resposta que precisamos dar a essa questão vai além da simples assistência material. O Brasil precisa compreender que os *Warao* são um patrimônio da humanidade, uma expressão viva da diversidade cultural e da resistência indígena. Eles não são refugiados em busca de uma nova vida; eles são um povo com um legado imenso, que merece ser reconhecido e valorizado. E o que o Brasil faz com isso? O país deve se tornar uma referência mundial em respeito aos direitos dos povos indígenas, sem distinção de origem, e se abrir para um acolhimento digno e respeitoso.

Os *Warao* não são um problema. Eles são uma riqueza, uma oportunidade de aprendizado para todos nós. E se olharmos com o coração aberto, poderemos ver que cada canoa que eles fazem, cada arte que criam, é um símbolo da resistência e da continuidade de um povo que, embora disperso por diferentes territórios, jamais perderá sua essência.

Eu convido você, leitor(a), a refletir sobre a importância dos *Warao* para o Brasil e para o mundo. Eles são mais do que migrantes; são um patrimônio cultural vivo, e devemos tratá-los com a dignidade e o respeito que merecem. O que você pensa sobre isso? Deixe sua opinião nos comentários. Vamos juntos discutir como podemos promover um futuro mais justo para todos os povos indígenas, em qualquer lugar do mundo.

Foto 1 – Autora com mulher *Warao*



Foto 2 – Autora durante a pandemia junto aos Warao



Foto 3 – Autora com criança Warao durante a pandemia



Fonte: Acervo da autora.

***Badji*, o último guerreiro do Javari:
a dor silenciosa de um povo destruído**

Convido você a conhecer um pouco sobre a história de *Badji*.

Hoje, compartilho a história de *Badji*, um guerreiro indígena cuja vida foi marcada pela violência, pela perda e pela resistência. Nascido no coração do Vale do Javari, um lugar mágico onde diversos povos originários viveram em harmonia com a terra, a tragédia de sua existência reflete a dor de muitos outros guerreiros que, como ele, foram silenciados e esquecidos. Sua história, embora singular, não é exceção. Ela ecoa os gritos de uma cultura destruída, de um povo aniquilado, mas também de uma resistência que persiste no silêncio.

Badji nasceu em um tempo de paz, em que seu povo vivia em sintonia com a natureza ao longo do rio Javari. Porém, a chegada dos invasores, com suas armas e sua ambição, destruiu essa harmonia.

Quando ainda criança, *Badji* presenciou o massacre de seu povo. Seus parentes foram exterminados, e ele, escondido, foi o único sobrevivente. A memória de sua infância é marcada pela dor de ver sua família e sua cultura serem apagadas pela violência.

Após o massacre, *Badji* foi forçado a viver em uma comunidade não indígena, onde foi escravizado. Trabalhou nas embarcações que navegavam pelos rios Solimões e Javari, sendo tratado como um ser inferior, como um animal. Durante anos, ele suportou abusos, até que, já adolescente, conseguiu escapar. Vagou pelas ruas de Atalaia do Norte, sobrevivendo como podia, e se comunicando apenas por mímica, já que sua língua materna não era compreendida. Somente anos depois, quando foi encaminhado à FUNAI, que *Badji* teve sua existência reconhecida pelo Estado.

Com o auxílio do governo, *Badji* foi adotado por uma família do povo Mayuruna, da etnia Matsés. No entanto, adaptar-se a uma nova cultura e língua não foi fácil. Apesar das dificuldades, *Badji* se recusou a abandonar sua essência. Ele jamais aceitou falar português, pois considerava que isso significaria esquecer quem ele era, apagar as lembranças de sua terra, de seu povo, de sua língua.

Mesmo agora, já idoso, *Badji* continua a carregar as memórias de seu povo perdido. Ele sonha com o tempo em que era criança, corre pelas florestas onde seu povo existia, ouve os sons de sua língua. Mas ao acordar, a cruel realidade o espera: ele é o último de seu povo. *Badji* nunca se casou, nunca teve filhos. Sua vida foi marcada por uma luta constante pela sobrevivência, uma luta que nunca cessou, nem mesmo em seus sonhos.

A história de *Badji* é a história de um povo que resistiu, mas que foi brutalmente destruído. Sua dor não é única, mas representa a dor de muitos povos indígenas que, como ele, perderam tudo. No Vale do Javari, existem outras histórias de resistência e perda, mas a de *Badji* se destaca como um grito de memória. Não podemos permitir que ele, e tantos outros guerreiros anônimos, sejam esquecidos. Ao contar sua história, não apenas preservamos sua memória, mas também lançamos um alerta: o contato com os não indígenas não foi um encontro pacífico, mas uma invasão que devastou culturas, línguas e vidas.

A história de *Badji* é um lembrete de que, através da memória e da resistência, é possível garantir que seu povo, e sua história, nunca desapareçam.

**Gritando em silêncio:
a dor proibida de uma mulher indígena e o filho perdido¹**

Baseado em fatos reais, a história é contada por Inory, indígena do povo Kanamari e neta de Julia Brasil/ Inory Kanamari.

Nos meandros da história do Brasil, entre os ecos de uma guerra mundial, se desenrola uma saga de dor e resistência que atravessa gerações. A chamada "Borracha", entre 1942 e 1945, foi um dos períodos mais cruéis e desumanos da nossa história, e foi nesse cenário de devastação que a minha família se viu marcada. Neste relato, as sombras de um passado de exploração, violência e negação de identidade indígena se entrelaçam com a coragem de um povo que nunca desistiu de lutar por justiça e dignidade. Esta é a história da anciã Inory do povo Kanamari, registrada pela FUNAI como Júlia Brasil, a história narrada não é apenas sobre minha avó seu filho, é a história de toda uma nação indígena que, apesar de tudo, sobreviveu.

A Borracha brasileira, cobiçada pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, foi o combustível de um ciclo de exploração insustentável. Soldados da borracha, na maioria nordestinos, foram recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), para trabalhar nos seringais. A promessa de um novo começo, de melhores condições de vida, era apenas um véu sobre a realidade cruel que os aguardava na floresta. Mas a dureza do trabalho era o menor dos horrores. Os seringais, dominados por coronéis de barranco, se tornaram lugares de tortura e morte. Sem mulheres em seus arredores, os soldados da borracha caçavam mulheres indígenas com a ajuda de cães farejadores, estuprando e matando essas mulheres, muitas vezes exterminando aldeias inteiras. Os homens eram escravizados, subjugados, tratados como mercadoria, forçados a trabalhar nas condições mais desumanas.

Foi nesse ambiente de violência selvagem que minha avó teve seu filho. Ela foi uma das muitas mulheres indígenas capturadas e abusadas por esses "coronéis de barranco". Na aldeia Kanamari, ao dar à luz a um filho, a tragédia de sua vida se intensificou: sua aldeia foi invadida, e os homens armados a forçaram a entregar o recém-nascido. A dor de perder seu filho nos braços foi insuportável. Minha avó nunca superou o trauma de vê-lo arrancado de seus braços. Mesmo sem falar português, sem entender as palavras do "inimigo", ela fez do impossível sua missão: encontrá-lo. Seguiu, ano após ano, até que soube que ele havia sido levado para Manaus.

¹ Baseado em fatos reais. A história foi transmitida por Inory avó, indígena do povo Kanamari, para a neta de Julia Brasil/ Inory Kanamari.

A sina do filho de minha avó foi marcada pela dor e pela negação de sua origem. Criado com a vergonha de ser filho de uma indígena, ele foi abusado, maltratado, e, em busca de um pouco de liberdade, vagou pelas ruas de Manaus, morrendo aos poucos, sem perspectivas e sem rumo. Sem educação, sem esperança, com apenas a quarta série do ensino fundamental, foi enviado ao seringal Aracu, perto das aldeias Kanamari. A cruel realidade o aguardava, mas ali, ao menos, ele se encontrou com a história que lhe pertencia. E, por isso, a luta começou.

Após 20 anos, minha avó soube que seu filho havia retornado. Porém, o reencontro foi doloroso. Ele a rejeitou, não aceitava ser filho de uma mulher indígena. Mas a força de minha avó nunca se abalou. Com paciência e resiliência, ela não desistiu de conquistar o amor e o respeito do filho que um dia havia perdido. A história deles, marcada pela rejeição e pelo perdão, é um reflexo de uma luta que parecia nunca acabar, mas que, finalmente, encontrou a redenção. Ambos se perdoaram, não pela culpa de um, mas pela crueldade de uma vida que foi imposta a eles, sem sua permissão.

O filho de minha avó, registrado pelos não indígenas como Araripe Brasil Leite, atendeu ao chamado de Tamakori, o deus do povo Kanamari, e se reaproximou de sua terra e sua gente. Com a educação que conseguiu, ele se tornou um líder, lutando pelos direitos não só dos Kanamaris, mas de todos os povos indígenas ao longo do Rio Juruá. Sua luta o levou a se tornar o primeiro vereador indígena do município de Itamarati, interior do Amazonas, mas o caminho não foi fácil. Ele enfrentou detenção, violência e uma luta diária pela sobrevivência em um sistema que o via como inferior. Mas sua resistência era maior que as dores e as ameaças. Sua vida foi marcada por uma luta incansável por justiça, pela terra e pela dignidade de seu povo.

A história de Araripe Brasil Leite e minha avó é a história de uma resistência que nunca se curvou. Uma história de lutas e vitórias, mas também de dor imensa, de traumas que atravessaram gerações. A morte de Araripe, de forma suspeita, em 2022, no município de Itamarati, foi um golpe cruel, mas a memória de sua luta permanece viva. Minha avó Inory, com seu conhecimento ancestral, segue curando, resistindo e ensinando. Sua sabedoria não se perde, porque é a sabedoria de todo um povo que, apesar da violência, nunca se apagou.

Sua história é um grito. Um grito que atravessa os tempos e que, ao ser ouvido, exige que se faça justiça. Não só para eles, mas para todos os povos indígenas que, como minha avó e seu filho, enfrentaram a crueldade da história e resistiram com o que mais tinham: a alma, a força e a vontade de sobreviver. Porque, por mais que o destino tenha sido cruel, a resistência se perpetuará, sempre.

Foto 4 - Inory Kanamari avó e Inory Kanamari neta



Fonte: Acervo da autora.

**A violência sexual e a cultura de silenciamento:
os verdadeiros abusadores de mulheres e crianças amazônicas**

Aqui eu trago à tona uma realidade cruel, escondida nas sombras do nosso país: a cultura de abuso e violência sexual nos interiores do Amazonas. Um tema sistematicamente silenciado, mas que exige urgência e um olhar crítico para ser finalmente desvelado.

Nascida e criada no interior do Amazonas, pude testemunhar de perto a triste realidade das violações de direitos, abusos e injustiças que marcam o cotidiano dessas regiões. Como mulher indígena e advogada, compreendo de maneira visceral o risco que é ser mulher em uma sociedade como a nossa. Nos interiores, embora exista a presença formal do sistema de justiça, o que encontramos é um quadro distorcido, onde o poder local é frequentemente comandado por coronéis de barrancos – figuras que impõem suas próprias regras e mantêm o ciclo de impunidade. Esse não é um privilégio de pequenas cidades distantes da capital; é uma prática que permeia diversas camadas da nossa sociedade.

Em 2018, ao ser designada para lecionar em uma cidade do interior, com cerca de 17.079 habitantes, às margens do Rio Solimões, fui confrontada com a dura realidade de que a violência sexual contra

mulheres e crianças é uma norma silenciada, invisível aos olhos da maioria. No entanto, é muito real para quem vive esse terror todos os dias. Em vários casos que acompanhei, as vítimas sempre foram as culpabilizadas, enquanto os agressores, geralmente homens respeitáveis, com posições de poder, continuavam a gozar de proteção da própria sociedade.

Recordo de um caso que ainda me assombra: toda a comunidade sabia que um padrasto abusava de suas duas enteadas, minhas colegas de escola, mas ninguém fez nada. A razão era simples: quem denuncia é condenado. Nos interiores, o silêncio é a regra, e quem ousa quebrá-lo se torna alvo de perseguições e ameaças. O sistema de justiça, que deveria ser um amparo, acaba sendo uma extensão dessa cultura de silenciamento. O delegado, os juízes, os promotores – todos distantes, em muitos casos, das realidades locais, protegendo os poderosos em nome da ordem e do status quo.

É preciso questionar: como isso é possível? A resposta é que o sistema, longe de proteger as vítimas, protege os violadores. Nos interiores, a precariedade e o abandono do Estado se traduzem em um cenário onde crianças e adolescentes são coagidos a se manter calados, ou enfrentam um sistema de justiça que não funciona, que, em vez de intervir, colabora com os agressores.

O papel dos conselhos tutelares, das autoridades locais e das instituições de proteção é fundamental. No entanto, muitos não cumprem sua missão com seriedade, perpetuando essa tragédia invisível. Este artigo, mais do que uma denúncia, é um grito de alerta para a necessidade urgente de mudanças. Não podemos mais permitir que a cultura de impunidade continue a fazer parte da nossa sociedade.

Como mulher, minha única esperança é que todas as mulheres e meninas possam viver em paz, com seus corpos e territórios respeitados. Precisamos romper com essa lógica perversa e dar voz a quem está silenciado, a quem é silenciado pelo medo, pela omissão e pela proteção daqueles que devem ser os primeiros a garantir os direitos das vítimas.

E você, o que pensa sobre isso? Já conheceu alguém que passou por algo semelhante e teve sua voz negada? Deixe seu comentário, irei adorar interagir com vocês.

O peso da herança: os traços indígenas de Jaime Riveros e suas barreiras

A trajetória de Jaime Riveros, indígena do povo Vinchos-Angasmayo, não é apenas um relato de luta individual, mas um reflexo das imensas barreiras sociais que nós, povos originários, enfrentamos para sermos reconhecidos como sujeitos plenos em nossas capacidades

e talentos. Nascido em Huamanga, Ayacucho, no Peru, Jaime cresceu imerso em uma realidade difícil: filho único de uma mãe que lutava para sobreviver, e privado da presença de um pai que desapareceu quando ele ainda era muito jovem. Foi criado pelos avós, Lorenzo Riveros Arango e Margarita Alarcón Najarro, figuras fundamentais em sua vida, mas que não puderam preencher as lacunas afetivas que a ausência paterna causou. Desde cedo, Jaime foi forjado em um contexto de resiliência e resistência, que seria a base para sua jornada.

Desde muito jovem, a arte foi o refúgio de Jaime. Através do desenho, ele encontrou uma forma de expressar sua dor, suas vivências e, principalmente, a sua história. Inspirado pelos tios, tecelões artesãos de Huamanga, Jaime soube que a arte seria o seu caminho. Aos 13 anos, a vida o levou para Lima, com sua mãe, em busca de novas oportunidades. Porém, a cidade grande, com sua promessa de inclusão, não ofereceu a ele o acolhimento que imaginava. Ao contrário, a cada passo, ele enfrentava a discriminação por ser indígena, com seus traços andinos evidentes. A sociedade, impregnada de racismo e preconceito, fez de Jaime um alvo constante de humilhações. A escola, que deveria ser um espaço de aprendizado e crescimento, tornou-se um campo de batalha, onde a dor do preconceito e da exclusão tornaram-se companheiras diárias.

Esse isolamento social impôs um preço alto para Jaime. Sem amigos, mergulhou profundamente na arte, que se tornou sua válvula de escape e, ao mesmo tempo, um grito silencioso de resistência. No entanto, a realidade do mundo artístico se mostrou ainda mais implacável. Para um indígena como ele, com a pele marcada pela herança ancestral, o caminho até o reconhecimento era repleto de portas fechadas. No mundo das galerias de arte, onde sobrenomes poderosos e conexões dominam, sua identidade indígena se tornou uma barreira, um peso insuportável. A luta de Jaime, como a de tantos outros indígenas, é contra um sistema que privilegia estereótipos e status, mais do que a genuína expressão artística.

Sua trajetória até o reconhecimento não foi fácil. Depois de abandonar a Escola de Artes Plásticas em Lima devido a problemas de saúde, Jaime encontrou na academia particular de artes Carlos Baca Flor uma nova oportunidade para reerguer-se e seguir seu caminho. Ali, ele passou a desenvolver um estilo realista clássico, mas o preconceito, ainda que velado, continuava a se fazer presente. A visibilidade artística, que muitos consideram um mérito garantido por talento, para Jaime se tornou uma luta constante. Ele precisou de um amigo para ajudá-lo, pois as portas das exposições e galerias, infelizmente, não se abriam apenas por seu talento. Sua arte, por mais incrível que fosse, não era suficiente para transpor o peso da sua identidade indígena.

Foi em Cusco, distante dos preconceitos da capital, que Jaime teve sua chance. Em um ambiente mais acolhedor, ele teve sua primeira exposição, finalmente sendo julgado pelo valor de sua obra e não pelos estereótipos que carregava. Expor no Ministério da Cultura de Cusco e no Museu Histórico Regional Casa del Inca Garcilaso foi um marco em sua carreira e uma prova de que sua arte, mais do que os estigmas que carregava, merecia ser reconhecida.

Mas o reconhecimento de Jaime vai além de seu sucesso pessoal. Ele é um reflexo das lutas diárias de milhares de indígenas em todo o mundo, que enfrentam obstáculos imensuráveis para ver seu valor reconhecido. Seus retratos de povos andinos não são apenas uma celebração de sua cultura, mas uma forma de afirmar a dignidade de um povo constantemente marginalizado e invisibilizado. Jaime, por meio de sua arte, questiona um sistema que tenta apagar sua identidade e a de seu povo, trazendo à tona as histórias e sentimentos de uma cultura que, embora esteja no coração do continente, é constantemente empurrada para as margens.

A história de Jaime Riveros não é única. Ela reflete a luta constante dos indígenas por reconhecimento, respeito e igualdade. Ser indígena e carregar os traços de nossos ancestrais é visto, muitas vezes, como um fardo em uma sociedade que insiste em nos definir a partir de estereótipos e preconceitos. A arte de Jaime, mais do que uma expressão de sua identidade, é um ato de resistência contra as forças que tentam invisibilizar nosso povo. Ele é a prova de que, mesmo diante de um sistema que insiste em nos marginalizar, a arte pode ser uma poderosa ferramenta de resistência e afirmação de nossa existência.

A história de Jaime é um grito silencioso de superação e resistência. Seu caminho é um reflexo das lutas diárias de milhões de indígenas que, ao longo dos séculos, enfrentaram e ainda enfrentam discriminação e exclusão. Jaime não se deixou abater. Ele transformou cada insulto em combustível para sua arte, que não só expressa sua dor, mas também reivindica sua cultura, sua história e a dignidade de seu povo. Sua trajetória desafia os estereótipos que tentam nos definir e ilumina a luta mais ampla dos povos originários por um lugar de destaque, onde possamos ser vistos, ouvidos e respeitados.

Jaime Riveros é um símbolo de perseverança e resistência. Sua luta é a nossa luta, a luta de todos os povos originários que, ao carregar o peso da nossa herança ancestral, ainda enfrentam um sistema que se recusa a reconhecer nossa verdadeira humanidade e valor. Seu sucesso, embora merecido, é apenas uma pequena janela para o que muitos de nós ainda precisamos conquistar: ser reconhecidos não pela nossa aparência ou sobrenome, mas pelo talento, pela capacidade e pela contribuição inestimável que trazemos para o mundo. A jornada de

Jaime é uma inspiração, mas também um lembrete de que a luta por igualdade e reconhecimento ainda está longe de ser vencida.

Foto 5 – Jaime Riveros



Foto 6 – Jaime Riveros na Galeria de Artes de Cusco - Peru



Fonte: Acervo da autora

Ayahuasca/Ramih: a linha tênue entre cura e dependência

Este texto visa esclarecer um ponto fundamental para nós, povos indígenas da floresta: o uso do Ramih, também conhecido como Ayahuasca ou Cipó, que é uma bebida sagrada em nossa cultura. A importância dessa bebida e o profundo respeito que ela exige são frequentemente desconsiderados por aqueles que não pertencem aos povos originários.

O Ramih não é uma simples bebida, muito menos algo que deve ser consumido de maneira leviana. Ao contrário, ela carrega consigo um

poder ancestral, um mistério profundo, e tem uma finalidade essencialmente espiritual e medicinal. Para o povo Kanamari e outros povos da floresta, o Ramih é um elo sagrado com o espírito da terra. Ele é utilizado apenas nos momentos de grande necessidade espiritual e com a verdadeira intenção de buscar sabedoria, cura ou orientação. Não se deve consumir o Ramih sem consciência e respeito, como fazem muitas vezes aqueles que não compreendem sua profundidade e sua importância.

O uso do Ramih é restrito a rituais conduzidos pelos Marinawas, nossos pajés e líderes espirituais, que são os verdadeiros detentores desse saber. Somente eles têm o conhecimento ancestral necessário para preparar e conduzir o ritual de forma sagrada, com o devido respeito e a pureza de intenção. Em nossa cultura, a presença feminina na elaboração do Ramih é muitas vezes evitada, pois acreditamos que a energia masculina é fundamental para lidar com a poderosa força invisível que a bebida contém. Esse conhecimento é passado de geração em geração, e o respeito à sua sabedoria é imensurável.

Quando o Ramih é consumido de maneira consciente e reverente, ele se torna um portal para o mundo espiritual, um elo que conecta os seres humanos ao espírito da floresta e à nossa ancestralidade. Durante o ritual, o pajé pode até se transformar em uma onça, atravessando dimensões espirituais para buscar sabedoria e guiar os participantes. Ele é o mediador entre o mundo visível e o invisível, conduzindo o ritual com a sabedoria que só os Marinawas possuem.

Porém, o que devemos enfatizar é que o Ramih não deve ser tratado de forma desrespeitosa ou leviana, como infelizmente tem ocorrido com crescente frequência. Muitos não indígenas têm se apropriado do uso do Ramih de maneira indiscriminada, sem compreender os fundamentos e o profundo respeito exigido por essa prática. Usá-lo fora de contexto, sem a devida orientação e em situações de pura diversão, é um desrespeito direto à nossa cultura e às forças espirituais que o Ramih carrega.

O Ramih é para aqueles que estão espiritualmente preparados e que buscam, de fato, uma conexão genuína com o sagrado. Somente quem é digno, e quem busca o caminho da verdade e da sabedoria, pode acessar o poder desta bebida. A experiência proporcionada pelo Ramih não é uma simples "viagem", mas uma revelação profunda, que exige um coração puro e uma mente disposta a compreender o que o espírito da floresta tem a ensinar.

É fundamental que aqueles que não pertencem aos povos indígenas compreendam que o Ramih não é um objeto de consumo, mas um elemento sagrado. Ele deve ser tratado com o devido respeito, reconhecendo que não somos "doados" a esta bebida, mas sim escolhidos por ela, segundo a sabedoria do espírito da floresta. A sua revelação

não é para todos, e só aqueles que realmente buscam a verdade e estão preparados para o que ela revela é que podem ser tocados por sua essência.

Em nossa cultura, a preservação do sagrado é um princípio fundamental. O uso indevido do Ramih, por aqueles que não pertencem aos nossos povos, desrespeita não apenas a nós, mas a todo um universo espiritual que, até hoje, ainda busca ser reconhecido e respeitado. Por isso, faço um chamado para que as pessoas que se apropriam dessa prática fora do contexto adequado reflitam sobre a verdadeira origem do Ramih, e sobre o quanto o respeito e a reverência são essenciais para a preservação de nossos saberes e rituais.

Em conclusão, é fundamental que o Ramih, essa bebida sagrada e poderosa, seja tratado com o respeito e a reverência que lhe são devidos. Não é uma substância para ser consumida sem consciência, fora de nossos territórios ou em busca de entretenimento. O Ramih deve ser utilizado unicamente em nossos rituais, dentro das aldeias e sob a orientação dos Marinawas, nossos pajés, que são os verdadeiros detentores do conhecimento necessário para conduzir os rituais com sabedoria e proteção. Eles, com suas longas jornadas espirituais e de aprendizado, são os responsáveis por garantir que essa bebida seja utilizada de maneira curativa e espiritual, e não como uma droga.

O Ramih é uma medicina poderosa, capaz de curar e iluminar aqueles que estão preparados para recebê-lo. No entanto, deve ser lembrado que a diferença entre o remédio e o veneno está na dosagem e na intenção. Quando desobedecemos aos ensinamentos dos Marinawas e utilizamos o Ramih de forma errada, sem respeito ou preparação espiritual, corremos o risco de criar dependência química, e não cura. A verdadeira intenção do Ramih nunca foi gerar vícios ou ilusões; ele foi dado ao nosso povo como um instrumento de cura e conexão com o sagrado. Ao usá-lo de maneira inadequada, distorcendo seu propósito, criamos uma dependência que jamais foi ensinada pelos Kanamaris e, com isso, negamos a verdadeira função dessa bebida ancestral.

Portanto, é essencial que aqueles que não pertencem aos nossos povos compreendam que o uso do Ramih fora de seus territórios e rituais, sem o acompanhamento dos Marinawas, é uma violação do sagrado. O respeito aos nossos saberes, à nossa cultura e ao nosso povo não deve ser negociado. O Ramih é um elo com a espiritualidade e a natureza, e só deve ser acessado por aqueles que, de fato, possuem o merecimento e a preparação necessária para receber as revelações que ele oferece. Nosso chamado é para a preservação desse saber, para que possamos continuar a honrar e proteger nosso legado, e que as futuras gerações possam desfrutar da cura e da sabedoria que o Ramih oferece.

Banalização dos remédios ancestrais indígenas

Como mulher indígena, que carrega com orgulho a história e os ensinamentos do meu povo, sinto a necessidade de falar sobre a apropriação e banalização dos nossos remédios ancestrais, como o cambo e o Ramih (ayahuasca), por aqueles que não compreendem seu verdadeiro significado e o respeito profundo que essas práticas exigem.

A diferença entre o veneno e o remédio está na dose e, mais importante, na pessoa que aplica. Infelizmente, muitas pessoas usam nossas substâncias sagradas sem o devido conhecimento, ignorando que essas práticas não são para qualquer um, especialmente para quem não pertence aos nossos povos. O maior erro do não indígena é o egocentrismo, a incapacidade de reconhecer sua ignorância sobre nós, nossa cultura e nossas práticas.

O kambô, por exemplo, é uma prática sagrada, transmitida de geração em geração, começando na infância. Nunca foi algo para ser usado indiscriminadamente em busca de sensações ou experiências efêmeras. Não é uma moda ou um desejo superficial de “curas milagrosas” ou de contato com o “exótico”. O cambo é sagrado, e a sabedoria ancestral ensina que quem o recebe deve estar com sua energia e espírito preparados. Jamais deve ser ministrado sem o preparo adequado, o respeito e a permissão dos espíritos da floresta, e sempre deve ser feito por anciãos da aldeia.

Nas aldeias indígenas, ninguém nunca morreu ou enlouqueceu ao tomar cambo ou Ramih, porque nós respeitamos o sagrado. Esses remédios ancestrais são poderosos, transformadores e, se mal usados, perigosos. A aplicação do cambo e a ingestão do Ramih exigem que o administrador esteja em sintonia com as energias e com o processo de cura. Essa responsabilidade ancestral não pode ser banalizada por aqueles que buscam apenas aventura ou respostas para suas inseguranças.

Esses remédios não são para uso repetitivo ou mensal. Apenas um ancião pode avaliar quando e como devem ser utilizados. Não podem ser tratados com desdém ou usados por simples curiosidade. O uso errado dessas substâncias pode causar danos irreversíveis à saúde, e culpar os remédios é ignorar a falta de respeito e preparo.

Os remédios indígenas não são “drogas” ou “fórmulas mágicas”, mas parte de nossa espiritualidade e cultura de cura. A verdadeira cura vem do alinhamento com a força espiritual que essas substâncias carregam, e isso não pode ser feito sem respeito, conhecimento e orientação dos mais velhos.

A apropriação dessas práticas é uma violência contra os povos indígenas. O cambo e o Ramih não são para quem se considera capaz ou

teve uma experiência pontual com os indígenas. Só aqueles preparados pela sabedoria ancestral podem usá-los com responsabilidade.

Faço um apelo: parem de tratar nossas práticas sagradas como modismos ou experiências de entretenimento. O cambo e o Ramih são sagrados. Somente aqueles que verdadeiramente respeitam a espiritualidade podem lidar com seu poder. Se você não pertence à nossa cultura, não tente se apropriar do sagrado. Respeite nossas tradições e nossa sabedoria.

O sagrado poder do *Ayahuasca* que só os dignos podem beber

O Ayahuasca, conhecida pelos povos originários do Juruá como Cipó ou Ramih, carrega em si um poder ancestral e um mistério profundo, sendo muito mais do que uma simples bebida. Para os povos indígenas da floresta, ele é um elo sagrado com o espírito da terra, um portal que se abre apenas quando há um chamado verdadeiro e uma necessidade espiritual genuína. Não é uma bebida a ser consumida com frivolidade ou em qualquer momento; sua essência se revela apenas para aqueles que buscam compreender os mistérios do universo, em momentos de grande importância e reflexão.

Somente os Marinawas, os detentores do saber sagrado, possuem o conhecimento profundo necessário para a preparação e manipulação do Ramih. Eles são os guardiões desse saber, os responsáveis por conduzir os rituais com sabedoria e reverência, garantindo que a força da bebida seja acessada corretamente. Em algumas culturas, a presença feminina na elaboração do chá é proibida, pois acredita-se que a energia masculina é essencial para lidar com a potente e invisível força que a bebida contém.

Quando o Ramih é ingerido de maneira consciente, com respeito e intenção pura, ele fala diretamente àqueles que estão preparados para ouvir. Em um território sagrado, durante o ritual o pajé Kanamari pode se transformar em uma onça, atravessando dimensões espirituais desconhecidas e guiando aqueles que buscam respostas profundas. Através da bebida, nos conectamos com o grande espírito da floresta, com aquele que nos protege, nos guia e nos ilumina.

A cada dose, o Ramih revela segredos, aconselha e ressignifica a essência de cada ser, tornando-nos mais fortes e mais conscientes de nossa verdadeira natureza. Mas sua sabedoria não é para todos. Só aqueles que possuem o merecimento, que buscam a verdade e a verdadeira conexão com o sagrado, podem acessar seu poder. O Ramih é uma bebida da alma, que só deve ser tomada quando o espírito chama, quando o coração está pronto para o que será revelado.

Em conclusão, o Ramih, para os povos indígenas, não é apenas uma bebida, mas um elo sagrado com o grande espírito da floresta, que deve

ser invocado com respeito e reverência. Diferentemente da maneira como é tratado por aqueles que não pertencem aos povos originários, para nós, o Ramih é utilizado apenas quando há uma verdadeira necessidade espiritual. Ele não é consumido de forma indiscriminada, pois sua força e poder só podem ser acessados quando o grande espírito chama, escolhendo quem é digno de sua visão. É o Ramih quem decide, com sabedoria e justiça, quem merece ser tocado por sua essência, e somente aqueles que buscam a verdade, com o coração e o espírito preparados, podem testemunhar suas revelações. O respeito ao sagrado é a base de nossa conexão com o mundo espiritual, e é assim que preservamos a pureza e o verdadeiro significado dessa bebida ancestral.

O mistério Kanamari: a sabedoria ancestral que desafia o mundo moderno

Como bem nos ensina a sabedoria kanamari, essa simples frase carrega consigo uma verdade que, todos no Brasil deveriam ouvir. E, assim, com a mesma simplicidade, convido você a conhecer um pouco sobre o mistério e a sabedoria ancestral do meu povo kanamari.

Os povos originários, excluídos e marginalizados por séculos, seguem sendo ignorados e desrespeitados. Seus saberes ancestrais, ricos em magia e sabedoria, permanecem em grande parte desconhecidos pela sociedade. O povo Kanamari, habitante das margens dos rios Javari e Juruá, preserva uma língua e cultura únicas, que nos distinguem dos demais. Nossa tradição milenar é mais do que um legado cultural: é uma força viva que nos conecta à terra, aos seres e ao cosmos, através de conhecimentos transmitidos pelos Marinawas, mestres espirituais capazes de curar ou destruir, conforme o chamado da necessidade.

Nossos anciãos, guardiões da sabedoria Kanamari, são os responsáveis pelas histórias que nos sustentaram ao longo dos séculos e nos protegeram dos ataques daqueles que não compreendiam o nosso poder ancestral. Por séculos, fomos vistos como feiticeiros, mestres das energias ocultas que os não indígenas temiam. Esse medo, na verdade, nos fortaleceu e foi ele que nos permitiu resistir à exploração e aos abusos, muitas vezes impedindo que nossos territórios fossem invadidos.

Os pajés, os curandeiros de nossa terra, eram chamados para curar e orientar, não apenas os membros da nossa comunidade, mas também aqueles de fora, que buscavam, em nossa sabedoria, cura para seus males. Vivemos em um mundo onde o místico e o espiritual não são apenas crenças, mas a essência que guia nosso viver. Em nossas aldeias, tudo está imbuído de significado: cada árvore, cada animal, cada pedra carrega uma história sagrada.

Assim como muitos outros povos indígenas, somos organizados em clãs, cada um representando um aspecto fundamental de nossa existência: o clã das formigas pretas (*Hak*), o clã dos mutuns (*Bin*), o clã dos japo (*Poty*), o clã dos tatus (*Marü*), o clã das rãs/sapos (*On*), Macaco preto (*Kamodya Tiknin*) e muitos outros, que nos conectam diretamente à natureza e à nossa ancestralidade. A sabedoria da Nyama (mãe), Pamã (pai), Wah (avô) e Wã (avó) é transmitida em cada gesto, em cada ritual, que ensina a importância de viver em harmonia com o mundo ao nosso redor.

Para nós, o conceito de interconexão é absoluto: "nada é meu, tudo é nosso". Vivemos em um sistema onde tudo é compartilhado de maneira igualitária, onde a exclusão não tem lugar. Esta filosofia de vida é a nossa força, a nossa verdade, e é nela que fundamentamos nossa resistência. Ao longo da história, tentaram nos convencer de que nosso modo de vida era errado, de que nossa cultura deveria ser abandonada em nome de uma falsa civilização. Mas nós, Kanamari, nunca aceitamos essa imposição.

Resistimos porque sabemos que a preservação da nossa língua, da nossa cultura e dos nossos rituais é a chave para nossa sobrevivência. Em nossos territórios, podemos ser quem realmente somos, viver de acordo com os ensinamentos de nossos ancestrais e garantir que nossa sabedoria ancestral continue a nos guiar e nos proteger. A luta pela preservação de nossa identidade e por nossos direitos é, antes de tudo, a luta pela nossa própria existência.

Grito Kanamari: um poema

Ah se pelo menos eu pudesse ter sido registrada com o meu verdadeiro nome Inory e sobrenome Kanamari.

Meu país, minha terra, meu povo indígena Kanamari, ah se eu soubesse que nada adiantaria que o preconceito ainda persistiria e que por causa dele meu povo ainda muito pereceria, ah se eu soubesse que minha cultura e especificidades indígenas seriam vistos de formas diferente.

Se seu olhar homem branco fosse mais inocente. Se eu não tivesse de ser forte a todo o momento Nem dependesse da sorte para lutar pelo meu povo

Se antes do espírito mau que me pintam por ser o que sou, mulher indígena Kanamari ou dos espíritos da floresta que me guiam e que cultivo dentro de mim, pelo mesmo motivo.

Meus parentes e eu fossemos apenas PESSOAS, pessoas antes de indígenas, se não tivéssemos de lutar pelo simples direito de continuarmos existindo.

Se eu não tivesse de gritar a cada tentativa de me silenciarem, invisibilizarem e violarem. Ainda iria ter graça querer me eliminar HOMEM BRANCO, por estar onde estou? E se nós povos indígenas quiséssemos nos vingar? Ou vocês (homens brancos) pensam que nós não lembramos dos estupros de nossas parentes indígenas, que iniciou em 1.500 pelos portugueses, holandeses e franceses e seguem sendo violadas por madeireiros, pescadores e garimpeiros.

E vocês, ainda comemoram a ação, porque o resultado dessa violência contra nosso povo foi a miscigenação, e vocês ainda acham que nós esquecemos das violações cometidas pelos NÃO indígenas contra nós povos originários?

Sobre as mulheres indígenas que tiveram seus corpos violados, elas estavam sozinhas clamando aos espíritos da floresta proteção.

Sim, como se não bastasse, raptaram das aldeias as crianças indígenas. A pergunta que se faz AGORA é se ESSAS crianças estão vivas ou mortas? E elas as mulheres indígenas que tiveram seus corpos violados?

Entre elas minha bisavó e avó, não viram seus filhos crescerem, foram sentenciadas após serem reiteradamente violadas. Sem ajuda, sozinhas, minha bisavó e avó assim como outras mulheres indígenas sofreram pela falta de seus filhos, e por mais que elas suplicassem aos NÃO INDÍGENAS que trouxessem seus filhos de volta, eles não os trouxeram.

E elas, essas mulheres indígenas, viveram um verdadeiro inferno de um julgamento eterno. Se nós os indígenas NÃO morremos por omissões, violações, assassinatos, perseguições, morremos em decorrência das invasões.

Quando somos lembrados somos taxados como sem modos e preguiçosos na televisão. Mas ninguém lembra a invisibilidade e silenciamento histórico que sofrem há gerações, somos indígenas, com diploma e sem oportunidade de inclusão.

Você sabe o que é preconceito homem branco? Eu sim. Será

que nós pessoas indígenas um dia teremos paz? Ou viveremos sempre um caos?

O preconceito NÃO me parou, e suas mãos sujas de sangue inocente do meu povo, jamais serão limpas.

Meus parentes estão mortos na matéria, mas vivos em nossa memória, assim como nossas línguas que sobrevivem em nossos territórios.

*Venho aqui para lembrar que temos uma história, que somos história. Em meio ao caos vamos encontrando a glória;
Em meio a tantas lutas vamos chegando à vitória;
É que temos nossa ancestralidade e força para continuarmos VIVOS
Eu me basto e não tento me encaixar em seu espaço branco e elitizado.*

Prá chegar até aqui, precisa ser muito macho, e você homem branco elitizado, se acha macho? Mas nunca viu rastro de ANTA TÃO POUCO escutou esturro de onça, se correr a onça te pega homem branco, e se ficar a cobra te come.

O que eu passei na vida homem branco, você não sabe como é, prá viver na minha pele indígena, tem de ser muito, mas muito mulher.

Bapo ikon!
(Até a próxima).

Referências

AMANTE, Vandrezza (2021). “13 mulheres indígenas falam sobre as violências que enfrentam em seus territórios”, *Portal Catarinas*. Reportagem (Território).

Disponível em: <https://catarinas.info/21diasdeativismo-a-luta-das-mulheres-indigenas-pelo-pais/>.

Acesso em: 19/12/2024.

BERNARDES, Júlio (2022). “Na Amazônia, mobilização de mulheres indígenas contra violência se estende a ações para enfrentar pandemia”, *Jornal da USP*, 07/06. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/na-amazonia-mobilizacao-de-mulheres-indigenas-contraviolencia-se-estende-a-aco-es-para-enfrentar-pandemia/>. Acesso em: 19/12/2024.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário (2022). *Relatório Violências contra os povos indígenas do Brasil. Dados 2022*. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>.

Acesso em: 19/12/2024.

Sobre a autora

Inory Kanamari é a primeira advogada indígena do povo Kanamari. Ativista, escritora e palestrante, já realizou mais de 50 conferências no Brasil e no exterior. Natural do Amazonas, atua com firmeza na defesa dos direitos humanos, com foco na garantia dos direitos dos povos indígenas. Especialista em Direito do Consumidor, Direito Civil, Direito Indígena e Direitos Humanos, integrou como consultora o projeto de tradução da Constituição Federal para a língua indígena *Nheengatu*, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi presidente da Comissão Indígena da OAB/AM (2022–2025) e vice-presidente da Comissão Nacional dos Direitos dos Povos Indígenas no Conselho Federal da OAB (2023–2025). Em 2025, foi professora convidada no programa *Participedia*, promovido pela *Lincoln Alexander School of Law*, da *Toronto Metropolitan University*. Além da atuação jurídica, é colunista e articulista com publicações na *Revista Cenarium*, *Revista Luvo*, ISA – *Instituto Socioambiental* e no portal *Inf. Revolução*. Em 2025 passou a integrar o Instituto Cartografando Saberes e a Comissão de Direito à Cidadania da OAB-RJ. Sua atuação firme em espaços nacionais e internacionais reforça o protagonismo indígena na justiça, na comunicação e na construção de um Brasil mais justo, diverso e plural.